

O BRASIL REDESCOBRINDO A CHINA

*Sérgio Pereira Antunes**

Sumário: Este trabalho discute os problemas enfrentados pelos brasileiros na China em razão de exigências econômicas e do fenômeno da globalização. A esse respeito, o trabalho reporta as relações diplomáticas sino-brasileiras e o desconhecimento mútuo entre brasileiros e chineses evidenciado, especialmente, no que diz respeito a seus sistemas jurídicos e aspectos culturais e lingüísticos.

Palavras-chave: China, relações diplomáticas, choque cultural

Abstract: This paper discusses the problems faced by Brazilians in China in their way of contact pressured by globalization and economic phenomena. In such respect, the paper reports the diplomatic affairs between Brazil and China and the mutual lack of knowledge between their nationals evidenced specially in respect of legal system, cultural and linguistic aspects.

Key words: China, diplomatic affairs, cultural aspect.

Como é comum no Ocidente, o Brasil está acostumado com as tendências hegemônicas dos Estados Unidos e da Europa e com a importância do comércio que cruza o Atlântico. No Oriente, o Japão e a China têm importância e ditam tendências, que até podem estar influenciadas pela hegemonia estadunidense ou europeia, porém, são sempre percebidas pelos brasileiros como coisas distantes.

Os primeiros contatos entre Brasil e China foram patrocinados pelos navegadores portugueses em suas expedições marítimas, que percorriam a Rota do Japão¹. Nesse caminho, aventureiros brasileiros embarcavam no Rio de Janeiro e alcançavam as mais remotas paisagens da África, Arábias, Índia, Macau e Japão. Na volta, tais aventureiros chegavam ao Brasil trazendo produtos, novidades e histórias trocadas com os chineses de Macau. Assim, por questões históricas, dois pontos distantes no mapa, Rio de Janeiro, no Brasil, e Macau, na China, estavam intimamente ligados como entrepostos no caminho entre Nagasaki e Lisboa.

* Pós-doutor em Direito Constitucional, Doutor em História Econômica, Mestre em Integração da América Latina, Bacharel em Direito e Letras pela Universidade de São Paulo e bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor convidado da Universidade de Macau.

1. A exemplo das importantes rotas mundiais que, por séculos, moveram a economia mundial, a rota do Japão partia de Lisboa, passando por todos os pontos de apoio do Império português, na África, no Brasil, de onde as econômicas caravelas alçavam forças para vencer o Cabo da Boa Esperança, no sul da África, e seguiam pela costa oriental da África e seus entrepostos em Moçambique, atingindo as Arábias com seu importante mercado em Bahrain, a Índia, o primeiro ponto de interesse pelas especiarias, as ilhas da Malásia, Macau, o porto exclusivo mundial para o comércio com a China, e, finalmente, o ponto extremo da rota no Japão.

O contato entre brasileiros e chineses, por todo o período colonial brasileiro, feito sob a bandeira do império português, pouco evidenciava o Brasil aos chineses e vice-versa. Desse período, algumas evidências restaram, entretanto, no Brasil: a) as “chinesices”, pintadas no altar da Igreja Matriz de Mariana, no interior de Minas Gerais; b) as casas coloniais com eira e beira espalhadas por todo o Brasil; e c) as plantações de chá em terras cariocas da Tijuca.

Passado o período colonial, com a independência, em 1822, relações oficiais foram estabelecidas imediatamente pelo Brasil com importantes membros do *Concerto das Nações* (Inglaterra, Estados Unidos, etc.). Contudo, nada foi pactuado com o Império chinês, em que pesem todos os contatos históricos que viveram por séculos.

As relações entre o Brasil e a China sempre foram muito tímidas. Iniciaram-se no século XIX, à época em que tanto o Brasil como a China eram impérios, num contexto crítico de abertura forçada da China.

Em 1881, ainda sob a regência de D. Pedro II, o Brasil concluiu o seu primeiro acordo bilateral com a China: o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*, o marco no relacionamento Brasil-China, embora tenha sido um ajuste internacional desprezioso.

Findo o Império brasileiro e proclamada a República, quase nada se alterou nas relações sino-brasileiras. Em 1892, permitiu-se, entretanto, a entrada, no território brasileiro, de imigrantes de nacionalidade chinesa². A representação diplomática da República brasileira, na China, criada em 1893³, teve vida efêmera e, em 1895, foi suprimida⁴.

Em razão dos movimentos tensos vividos na China nos primeiros anos do século XX, a representação diplomática brasileira no Japão passou a acumular, transitoriamente, as funções da jurisdição chinesa⁵.

Com a queda do Império Celestial chinês, a ascensão de Sun Yat Sen e a criação da República da China, a representação diplomática chinesa foi finalmente estabelecida no Brasil, em 1911.

Em 1943, por tratado bilateral, os direitos brasileiros de extraterritorialidade na China, regrados pelo Tratado de Amizade de 1881, foram extintos e, em 1946, um Convênio Cultural foi celebrado, porém de validade discutível.

Com a criação da República Popular da China, em 1949, e a respectiva vitória de Mao Zedong, Chiang Kai-shek transferiu a sede do governo da China Nacionalista

2. Lei nº97, de 5 de outubro de 1892.

3. Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892.

4. Decreto nº 1896, de 23 de novembro de 1894.

5. Conforme Decreto nº 1.865, de 9 de janeiro de 1908.

para Taipei, em Formosa, para onde, em 1952, o Brasil transferiu sua representação diplomática na jurisdição chinesa. As relações sino-brasileiras, que eram tímidas, passaram a um grande silêncio.

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil tomava outros rumos em sua política externa. Em 1961, Jânio Quadros enviou a Pequim uma missão comercial chefiada pelo Vice-Presidente da República, João Goulart (CERVO, 2002, p.319), e em 1963, o Brasil autorizou a abertura de um escritório comercial da China Continental, no País.

O processo de aproximação com a China foi, entretanto, interrompido com o golpe militar de 1964. O Congresso Nacional rejeitou o acordo comercial com a República Popular da China e o Governo brasileiro ordenou o fechamento do escritório comercial chinês, além de determinar a prisão dos representantes chineses, por fim expulsos, em 1965.

A partir da década de 1970, as relações China-Brasil dariam uma guinada, refletindo a procura de outros parceiros por ambos. Em 1971, a China passou a integrar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1972, o Presidente estadunidense Richard Nixon fez sua visita histórica à China e restabeleceu relações diplomáticas. Vários países da América Latina (Peru, Chile, México, Equador e Venezuela) também se apressaram em reconhecer o governo de Pequim. No Brasil, o Governo Geisel e o empresariado brasileiro⁶ igualmente buscavam novas oportunidades.

A partir de 1974, o estreitamento das relações Brasil-China foi notável. Em 1978, celebrou-se o primeiro acordo comercial no âmbito do restabelecimento das relações sino-brasileiras. Em 1979, foi a vez do Convênio de Transporte Marítimo e, em 1982, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, com a visita do Chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, à China. Em maio de 1984, João Figueiredo realizava a primeira visita oficial de um Presidente brasileiro à China, seguido por José Sarney, em 1988 (CERVO, 2002, p.446), e Lula da Silva, em 2004.

As relações comerciais sino-brasileiras hoje são intensas. Nos 12 meses encerrados em julho de 2008, a corrente de comércio entre os dois países (soma de exportações e importações) chegou a US\$ 31,9 bilhões, superando o tradicional comércio brasileiro com a Argentina, ocupando a China o segundo lugar entre os principais parceiros comerciais do Brasil, consoante dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (LANDIM, 2008, p.1).

6. Em 1971, Horácio Coimbra, da Cia. Cacique de Café Solúvel, deu o pontapé definitivo, seguindo-se José Mindlin e outros.

Lei Yuzhong, cônsul comercial da China em São Paulo⁷, salientou que as trocas comerciais entre os dois países aumentaram mais de doze vezes entre 1997 e 2007.

Nos dias atuais, observa-se, no mundo, um crescente interesse pelo mercado chinês. O Brasil tem o mesmo interesse. Várias empresas brasileiras⁸ instalaram-se na China, algumas, fazendo parcerias com empresas locais. Havia, em 2005, cerca de 270 joint-ventures entre empresas chinesas e brasileiras (FLEURY, 2005).

O Banco do Brasil S.A., a título de exemplo, já conta com mais de duas décadas de experiência na China. Em 1979, abriu sua primeira agência em Macau, que, todavia, foi encerrada em 1987. Em 1981, o aludido banco abriu escritórios de representação em Hong Kong e Pequim. Posteriormente, encerrou o escritório de representação em Pequim e transferiu seus negócios para o novo escritório aberto, em 2004, em Xangai, importante centro financeiro da China Continental.

A China tornou-se também fonte de emprego para brasileiros. Enquanto as empresas aéreas entravam em colapso no Brasil, com a quebra da Transbrasil, VASP e VARIG, o setor aeronáutico chinês crescia. Em franco desenvolvimento, empresas aéreas, em especial, de Taiwan, como a *Eva Air*, de Macau, e a *Air Macau*, e ainda da China Continental, empregavam contingentes consideráveis de pilotos brasileiros expurgados do Brasil, pela crise da aviação brasileira.

A presença de empresários e trabalhadores brasileiros na China estimulou a criação de um mercado local para atendê-los, fazendo surgir nos chineses uma curiosidade pela cultura do Brasil. Exemplo disso são as várias churrascarias à moda brasileira instaladas nos rincões da China, que atraem contingentes importantes de chineses, além de criar empregos a churrasqueiros e garçons brasileiros.

Restabelecidas as relações, por exigências da globalização e em razão do incremento do comércio entre Brasil e China, finalmente os brasileiros⁹ começam a aparecer na China, não mais sob o manto do Império português.

Nesse contato, inusitados e, muitas vezes, despreparados, brasileiros e chineses revelam desconhecimentos mútuos, o que dificulta suas relações.

Alguns fatores ainda são problemáticos nas relações sino-brasileiras, merecendo destaque: a distância geográfica, o desconhecimento mútuo da língua e de seus ordenamentos jurídicos, fretes caros e a concorrência japonesa e estadunidense.

Em que pese o relacionamento entre Macau e Brasil contar quase cinco séculos de relações comerciais patrocinadas por Portugal até a data da reunificação

7. Em entrevista à Agência Lusa Brasil, publicado em 25 de agosto de 2008.

8. Banco do Brasil S.A., Bolsa de Mercadorias e Futuros, Embraco – Empresa Brasileira de Compressores S.A., Embraer – Empresa Brasileira de Aviação.

9. Pilotos, professores universitários, empregados de empresas brasileiras que firmam parcerias com empresas chinesas, etc.

daquele território à China (em 20 de dezembro de 1999), observa-se que, infelizmente, as relações mais recentes com a República Popular da China, em especial as do setor empresarial privado, vêm sendo estabelecidas com o auxílio de escritórios de advocacia estrangeiros (especialmente estadunidenses ou britânicos). Tais escritórios insistem em introduzir as empresas brasileiras através de Pequim ou Xangai, e geralmente elegem, para reger seus contratos, as leis da Inglaterra ou do Estado de Nova Iorque (EUA).

Parece-nos, contudo, que Macau, atualmente uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, apresenta o sistema jurídico mais adequado para amparar as relações comerciais entre Brasil e China, na medida em que pode ser facilmente compreendido e comparado pelos brasileiros e chineses. As leis dessa Região são publicadas em chinês e em português; portanto, partes brasileiras e chinesas, ao elegerem as leis de Macau em seus contratos, teriam um conforto mais razoável.

Merece registro que, desde que a República Popular da China adotou as Regiões Administrativas Especiais, tem-se, naquele país, um sistema jurídico especial, formado pelo sistema jurídico da China Continental, o sistema legal civil (adotado em Macau) e o *common law* (adotado em Hong Kong). Portanto, a China, ao adotar o lema “Um país, dois sistemas”, ofereceu ao mundo, na verdade, “Um país, três sistemas jurídicos”, com que pode facilitar as relações comerciais entre China e Brasil, assim como com os demais países de expressão portuguesa, por meio da plataforma natural que é Macau (ANTUNES, 2006). Tal fator facilitador, todavia, parece ainda não ter sido devidamente vislumbrado pelos brasileiros.

Outro ponto nevrálgico nas parcerias brasileiras com a China é o mútuo desconhecimento das questões culturais e lingüísticas. A língua é uma barreira natural que, por vezes, frustra qualquer iniciativa mais simplória.

A própria denominação do Brasil, em chinês, Ba xi (巴西), pode ser uma dificuldade. Um brasileiro, ao se apresentar na China como sendo um nacional do Brasil, mesmo em inglês, pode não ser compreendido por todos, embora qualquer popular chinês conheça, em detalhes, a fama dos futebolistas brasileiros e das paisagens da terra Ba xi.

Há de se convir que a cultura chinesa construiu um nome particularmente interessante e de excelente marketing para o Brasil, embora a maior parte dos brasileiros que, na China, desejam fazer negócios não o saibam. É que os nomes dos países ocidentais são um problema para os chineses. Eles estão acostumados a designar os países por suas características ou por palavras mnemônicas. Por exemplo, a França é o “país da lei” 法国 (Fa Guo), a Alemanha é o “país da força” 德国 (De Guo), os Estados Unidos da América são o “país bonito” 美国 (Mei Guo), Portugal é o “país da uva” 葡国 (Pu Guo) e a Inglaterra é o “país da flor” 英国 (Ying Guo).

A própria China é conhecida e chamada pelos chineses como o “país do meio” 中国 (Zhong Guo) ou “país central”.

Diferentemente, o Brasil, por sua vez, é designado, em chinês, por sílabas de transliteração, que, como vimos, resultaram no termo 巴西 (Ba xi), sem um significado próprio. Por outro lado, tais caracteres, escolhidos para representar o som Ba xi, denotam, respectivamente, a esperança (巴) e o oeste (西)¹⁰. Tal combinação permite ao Brasil ser a “Esperança do Oeste”. Logo, o nome do Brasil em chinês traz consigo uma marca bastante atrativa e alvissareira para relações comerciais.

Brasil e China têm muito a descobrir um do outro. É o momento para que o Brasil estabeleça contato com a China sem a intermediação da bandeira portuguesa, como ocorria em seu período colonial, e sem o assessoramento de consultores estadunidenses ou britânicos, mas sim diretamente entre seus nacionais. Claro está que muito pode ser alcançado, considerando-se as facilidades que Macau possa dar a esse relacionamento, por se constituir numa ponte apropriada entre o Brasil e a China.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Sérgio P. *A incorporação de tratados internacionais ao ordenamento jurídico: análise à luz do direito constitucional comparado: Brasil e Macau*. Relatório de Programa de Pós-Graduação. São Paulo: Faculdade de Direito/USP, 2006.

BRASIL. *Legislação federal*. Brasília: Senado Federal, vários anos.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

FLEURY, 2005. Entrevista da Dra. Maria Tereza Leme Fleury, Diretora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. In *O gigante que mete medo*, Jornal *Valor*, caderno Eu & Fim de Semana, São Paulo, July 15, 2005, pp. 10.

LANDIM, Raquel. *China já é o segundo país em comércio com o Brasil*. In *Valor Econômico*. São Paulo, 26 de agosto de 2008. p 1.

LOPES, Manuel Maria Martins. *As Relações Sino-Brasileiras: abordagem histórica*. In Amaro, Ana Maria e Martins, Dora. *Estudos sobre a China IV – Volume II*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MANSER, Martin H. *Concise english-chinese/chinese-english dictionary*. Hong Kong: Oxford University Press, 1999.

10. Conforme consulta aos dicionários chineses, que trazem a idéia imbuída em cada um de seus caracteres.